

PROCESSO - N. F. Nº 298574.0008/22-3
NOTIFICADO - ERB ARATINGA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
NOTIFICANTE - JOWAN DE OLIVEIRA ARAÚJO
ORIGEM - DAT METRO / IFEP INDÚSTRIA
PUBLICAÇÃO -INTERNET – 05/12/2022

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACORDÃO JJF Nº 0215-03/22NF-VD

EMENTA: ICMS. DIFERENÇA DE ALIQUOTAS. AQUISIÇÕES DE MATERIAIS PARA USO E CONSUMO DO ESTABELECIMENTO. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Nas aquisições de materiais em operações interestaduais, é devido o imposto referente a diferença entre as alíquotas interna e interestadual. Fato não contestado. Notificação Fiscal **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A presente Notificação Fiscal foi lavrada em 20/06/2022, e exige crédito tributário no valor de R\$ 5.499,92, acrescido da multa de 60%, pela falta de recolhimento de ICMS, referente a aquisição de mercadorias oriundas de outras de unidades da Federação e destinadas ao uso e consumo do estabelecimento, no mês de outubro de 2021. (Infração 006.002.001).

O Notificado impugna o lançamento fiscal fls.18/20. Pede a improcedência total da Notificação Fiscal, afirmando que vem, respeitosamente, em resposta às intimações em epígrafe, expor e requerer o que abaixo segue.

Explica que após atender todas as solicitações constantes na Intimação, cujo número da Ordem de Serviço é 50079622, foi autuada por supostamente deixar de recolher ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas interna e interestadual (DIFAL), referente à NF 321973 Weir do Brasil LTDA, emitida em 28 de outubro de 2021 (anexa).

Salienta que o recolhimento do ICMS Diferencial de alíquotas (DIFAL) da NF em questão ocorreu, ainda que não tempestivamente, em virtude da NF ter sido registrada na competência de 03/2022, como se pode verificar dos documentos comprobatórios anexos, referentes ao registro da NF 321973 e ao recolhimento do DIFAL, através do arquivo EFD Fiscal 03/2022, livro de Entrada da mesma competência e do comprovante de recolhimento.

Ressalta-se que, houve cumprimento dos termos do art. 2º, § 4º, inciso I da Lei Estadual 7.014/96, que transcreve.

Em se tratando da não tempestividade, entende que a Notificação Fiscal merece correção para que reflita a cobrança apenas dos acréscimos moratórios em relação ao atraso do recolhimento e a multa de 60% por infringir o que reza o artigo 42, inciso II da Lei 7.914/96.

Ademais, informa que, visando ao aproveitamento do benefício previsto no artigo 45, I, da Lei nº 7.014/1996, realizou o depósito administrativo do valor que entende devido, correspondente aos juros de mora mais multa por infração, excluindo o valor principal de R\$ 5.499,91, eis que efetivamente pago na competência 03/2022. Elabora a memória de cálculo.

Observa que, o fato de ter depositado o valor considerado devido antes do encerramento do prazo para impugnação, foi aproveitada a redução 70% sobre a multa, em conformidade com o artigo 45, inciso I da Lei 7.014/96.

Por tudo que foi exposto, solicita a reformulação do valor da autuação para R\$ 1.983,68, considerando o afastamento do débito referente ao valor principal de R\$ 5.499,91 constante na

Notificação número 2985740008/22-3, recebida através das mensagens de Intimação DTe: 11807141 e 11807147, pela cobrança do DIFAL da NF 321973 da Weir do Brasil LTDA.

No mais, acatando-se o valor calculado pela Impugnante, seja levantado pelo Estado da Bahia o depósito administrativo realizado, tornando definitivo o pagamento e extinguindo-se o crédito tributário ora cobrado.

O Notificante presta a informação fiscal fl. 78. Repete que o presente lançamento de ofício, constituído de única infração, lavrado em 20/06/2022, possui valor histórico de R\$ 5.499,91.

Afirma que a informação visa analisar as razões de fato e de direito dos argumentos defensivos interpostos. Sintetiza os argumentos do Impugnante.

Conclui que as alegações apresentadas são pertinentes de modo a acolher as razões defensivas, cujo valor depositado deverá ser analisado e homologado pelo Órgão Julgador. Assim, o lançamento tributário é procedente em parte.

Do exposto, as alegações apresentadas são pertinentes de modo a acolher as razões defensivas, cujo valor depositado deverá ser analisado e homologado pelo Órgão Julgador. Assim, o lançamento tributário é procedente em parte.

VOTO

Versa a presente notificação fiscal sobre a exigência de crédito tributário no valor de R\$ 5.499,92, acrescido da multa de 60%, pela falta de recolhimento de ICMS diferença de alíquota, referente a aquisição de mercadorias oriundas de outras unidades da Federação e destinadas ao uso e consumo do estabelecimento, no mês de outubro de 2021.

A matéria encontra-se estabelecida no art. 2º da Lei Estadual 7.014/96, transcrito abaixo:

Art. 2º. O ICMS incide sobre:

[...]

IV - As operações e prestações interestaduais que destinem mercadorias, bens e serviços a consumidor final localizado neste Estado, contribuinte ou não do imposto;

[...]

§ 4º - Na hipótese do inciso IV do caput deste artigo, a responsabilidade pelo recolhimento do imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e interestadual caberá ao:

I - Destinatário localizado neste Estado, quando este for contribuinte do imposto, inclusive se optante pelo Simples Nacional;

No presente caso, conforme demonstrativo fl.08, se refere a aquisição interestadual de uma barra de impacto - mesa por impacto, mercadoria relacionada na NF 321973 da Weir do Brasil LTDA, emitida em 28 de outubro de 2021.

Nas razões defensivas, o Notificado afirmou que o imposto ora exigido foi pago, visto que lançado em sua escrita fiscal, ainda que não tempestivamente, em virtude da NF ter sido registrada na competência de 03/2022, como se pode verificar dos documentos comprobatórios anexados, cópia do arquivo EFD Fiscal 03/2022, livro de Entrada da mesma competência e do comprovante de recolhimento.

Por sua vez, o Notificante concluiu que após análise dos documentos disponibilizados, as alegações apresentadas são pertinentes, de modo a acolher as razões defensivas.

Examinando os elementos que compõe o presente processo, verifico que, de fato, o Notificado realizou o recolhimento do imposto em discussão, através do lançamento em sua escrituração fiscal. Entretanto, considerando que isto não ocorreu tempestivamente, se encontra excluída a denúncia espontânea, prevista no art. 98 do RPAF/99, visto que o recolhimento se deu após a lavratura da Notificação Fiscal, portanto é devida a multa e os acréscimos moratórios.

Diante do exposto, julgo **PROCEDENTE** a presente Notificação Fiscal, devendo ser homologados os valores já recolhidos.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, em instância ÚNICA, julgar **PROCEDENTE** a Notificação Fiscal nº **298574.0008/22-3**, lavrada contra **ERB ARATINGA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)**, devendo ser intimado o Notificado, para realizar o recolhimento do imposto no valor de **R\$ 5.499,92**, acrescido da multa de 60%, prevista na alínea “f”, inciso II, do art. 42 da Lei 7.014/96, e dos acréscimos legais, devendo ser homologados os valores recolhidos.

Sala virtual das Sessões do CONSEF, 17 de novembro de 2022.

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA - PRESIDENTE

ALEXANDRINA NATÁLIA BISPO DOS SANTOS - RELATORA

JOSÉ FRANKLIN FONTES REIS - JULGADOR